

Brasil prepara o salto

da Business Week
(Continuação da 1ª página)

23 JAN 1995

GAZETA MERCANTIL

dinheiro para financiar investimentos ou cobrir perdas de companhias estatais. E a receita das privatizações será necessária para compensar o déficit federal estimado em US\$ 7 bilhões neste ano.

Os estados brasileiros, a maior parte dos quais tem empresas eletricitárias, também poderão tomar o trem da privatização. Minas Gerais, importante estado industrial, planeja vender um banco estatal. E para o pesadamente endividado Estado de São Paulo, "não há outra opção" além de privatizações, prevê Azevedo, do Banco Itamarati.

Este ano, espera-se que Cardoso destine à privatização ativos que abrangem da Light, o serviço de eletricidade do Rio de Janeiro avaliado em cerca de US\$ 2,5 bilhões, a participações na Copene, o grande complexo petroquímico, e em outros fabricantes de produtos petroquímicos, avaliados em cerca de US\$ 4,3 bilhões.

O prêmio mais rico, no entanto, é a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a lucrativa mineradora, fabricante de produtos florestais, e companhia de transportes avaliada em cerca de US\$ 16 bilhões. "Cardoso precisa ter um bom sucesso com as privatizações iniciais", diz Andres V. Gil, chefe de direito latino-americano no escritório de advocacia Davis Polk & Wardwell em Nova York. "A CVRD é a jóia." A empresa poderá ser dividida em negócios separados, tais como atividades florestais e mineração, e vendida através de ofertas internacionais de ações.

É improvável que Cardoso possa conseguir a aprovação de mudanças constitucionais no Congresso para encerrar os monopólios da Telebrás e Petrobrás, a companhia petrolífera estatal. Mas ele estimulará a Telebrás e Petrobrás a formarem "joint ventures" com empresas privadas nesses setores. A organização de tais parcerias poderá envolver duras negociações, no entanto. A Tenneco, a British Gas e a BHP da Austrália são sócias da Petrobrás no segmento brasileiro da proposta de um gasoduto de 3,4 mil quilômetros avaliado em US\$ 2,1 bilhões desde os campos no leste da Bolívia a São Paulo. Mas a Petrobrás e o Banco Mundial, que se ofereceu para financiar o gasoduto, estão num impasse a respeito da exigência do banco de que os sócios privados tenham controle majoritário.

O gasoduto é parte de uma jornada que a administração Clinton tem como alvo enquanto perspectiva comercial dos EUA no Brasil.

No verão passado, o presidente Clinton e outros altos funcionários da administração entraram em contato com seus colegas brasileiros para apoiar a bem-sucedida oferta da Raytheon Co. pelo contrato para construir o SIVAM, um sistema de satélites avaliado em US\$ 1,5 bilhão para monitorar a região amazônica. A fim de ajudar companhias norte-americanas a ganharem outros projetos importantes, "montaremos uma assessoria completa de imprensa, com todos os funcionários relevantes da administração", diz Jeffrey E. Garten subsecretário de Comércio para comércio internacional. Entre os alvos incluem-se a expansão do metrô de São Paulo, no valor de US\$ 1 bilhão, instalações na via fluvial entre os rios Tietê e Paraná, no valor de US\$ 930 milhões, e US\$ 300 milhões na renovação de locomotivas ferroviárias — um contrato pelo qual a General Electric Co. e um parceiro brasileiro estão competindo.

A energia elétrica pode ser a maior abertura para investidores privados. Até o ano 2000, o Brasil precisa acrescentar de 20 a 30 mil megawatts de capacidade geradora, diz Carlos Sussekind, diretor executivo da Promon, uma das principais empresas brasileiras de engenharia. O mercado de energia elétrica está atraindo um fluxo de prováveis investidores, incluindo uma média de duas visitas por semana à Promon, de bancos norte-americanos, empresas públicas e produtores independentes de energia.

O Chase Manhattan Bank está lançando uma companhia holding, Power do Brasil, em associação com a Rede, o maior distribuidor privado de energia. "Estamos pensando em nos tornar acionistas do setor energético, de tecnologia ambiental e telecomunicações", disse a diretora associada da Power do Brasil, Renata Siebert de Moraes. Outra prospectora é a Southern Electric International Inc., uma subsidiária da Southern Co., com sede em Atlanta. As necessidades do Brasil "são tão grandes que nós vamos precisar multiplicar as oportunidades lá", diz o diretor financeiro, Raymond C. Hill.

O Congresso brasileiro ainda precisa afastar os obstáculos legais e regulamentadores a tais projetos. Mas, apesar das ondas de choque vindas do México, que estão fustigando os mercados latinos, o Brasil parece estar estabilizado para um surto de novos investimentos em infra-estrutura. Eles irão acelerar a mudança de Cardoso para uma economia conduzida pelo setor privado.

60 Brasil prepara o salto

GAZETA MERCANTIL

23 JAN 1995

da Business Week

O "esteio da atividade produtiva está passando do setor estatal para o setor privado", diz o novo presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. Concluir tal mudança será a chave para a continuidade do sucesso da estratégia antiinflação radical de Cardoso durante seu mandato de quatro anos, iniciado em 1º de janeiro.

No ano passado, como ministro da Fazenda, Cardoso reduziu drasticamente a inflação de 40% ao mês para apenas 2% em dezembro com seu Plano Real, que inclui uma nova moeda, o real, que agora vale US\$ 1,17. Espera-se que a crescente confiança nos negócios estimulada pelo plano expanda o Produto Interno Bruto em cerca de 5% neste ano, acima do crescimento superior a 4% de 1994.

Essa perspectiva poderá ser um tanto obscurecida, mas não drasticamente, se

as repercussões do colapso do peso criarem dificuldades para o fluxo de capital internacional. O mercado brasileiro de ações caiu 15% durante duas semanas após a crise mexicana. Mas a estratégia de Cardoso não depende dos enormes influxos de investimento estrangeiro que o México usava para financiar seu imenso déficit comercial. Embora as importações brasileiras estejam aumentando, o Brasil ainda espera registrar um superávit comercial de US\$ 5 bilhões neste ano. E o real se apóia sobre reservas maciças de moeda forte no total de mais de US\$ 40 bilhões.

"Poderemos observar uma pequena queda do real, o que não é realmente ruim", diz Robert Barclay, analista da Baring Securities Brasil. Ele espera que o Banco Central permita que o mercado fixe a taxa de câmbio. E a advertência do México forçará o governo e políticos brasileiros a aumentar a disciplina.

"Penso que isso é saudável", diz Barclay. "O México estava vivendo além de suas posses."

No mínimo, as terríveis consequências do excesso de gastos do México poderão ajudar Cardoso a persuadir o Congresso do Brasil a aprovar as reformas mais profundas que são necessárias para sustentar seu Plano Real, da reforma da segurança social à revisão da divisão de verbas federais com os estados. Poderão também ajudar Cardoso a obter apoio para medidas que atraiam investidores privados, fazendo-os colocar dinheiro na venda de companhias estatais e em obras de infra-estrutura absolutamente necessárias, de usinas de eletricidade a telecomunicações.

Entre os beneficiários em perspectiva estão 142 mil usuários de telefones celulares, que agora se chocam contra frustrantes demoras para fazer chamadas em horas de pico, e 820 mil paulistas que se inscreveram numa lista de espera de um ano para telefones celulares. Cardoso promete investir US\$ 75 bilhões em infra-estrutura, metade da quantia de fontes privadas, durante os próximos quatro anos. Entre outras medidas, ele pretende estimular o Congresso a encolher o monopólio da Telebrás, a companhia estatal de telecomunicações, a fim de permitir concessões a companhias privadas em áreas como telefones celulares e transmissão de dados.

Tais investimentos ajudarão o Brasil a se recuperar da "década perdida" dos anos 80, quando a recessão econômica interrompeu os trabalhos em projetos de transportes de massas a usinas elétricas, inclusive dezoito usinas hidrelétricas inacabadas espalhadas pelo País. A complementação delas e muitos outros projetos serão necessários para evitar gargalos se a nova estabilidade de preços do Brasil desencadear uma onda de expansão industrial. "Se o Brasil crescer 5% ao ano, teremos escassez de energia", prevê Antonio Hermann Azevedo, vice-presidente executivo do Banco Itamarati, um banco com sede em São Paulo.

Cardoso, um sociólogo esquerdista antes de se tornar um político, vê a privatização mais como uma necessidade pragmática que como uma cruzada ideológica. O governo federal não tem

(Continua na página 5)